

O MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA NO BRASIL

THE PROFESSIONAL MASTER'S DEGREE IN PSYCHOLOGY IN BRAZIL

LA MAESTRÍA PROFESIONAL EN PSICOLOGÍA EN BRASIL

Paulo Coelho Castelo Branco, Doutor

<https://orcid.org/0000-0003-4071-3411>

pauloccbranco@gmail.com

Universidade Federal do Ceará | Pós-Graduação em Psicologia
Fortaleza | Ceará | Brasil

Sérgio Dias Cirino, Doutor

<https://orcid.org/0000-0002-5835-0068>

sergiocirino99@yahoo.com

Universidade Federal de Minas Gerais | Pós-Graduação em Psicologia
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil

Recebido em 31/janeiro/2022

Aprovado em 10/junho/2022

Publicado em 01/dezembro/2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o estado corrente dos cursos de mestrado profissional em Psicologia no Brasil. Inicialmente, disserta sobre o panorama dos cursos de pós-graduação profissional *stricto sensu*, demonstrando sua proposta formativa e situando os cursos de mestrado profissional em Psicologia. Em seguida, com base em uma análise documental sobre os dados publicados pela Plataforma Sucupira, descreve como esses cursos estão organizados na CAPES, para entender suas identidades. Os achados demonstram que: existem 15 cursos de mestrado profissional em Psicologia e nenhum doutorado profissional; não há cursos nas regiões Norte e Centro-Oeste; as regiões Nordeste e Sudeste equiparam-se em ofertas; o curso mais antigo foi iniciado em 2013, e é o único com nota 4; a maioria dos cursos (7) foram recém-implementados na avaliação quadrienal 2017-2020 da CAPES, e ainda estão em fase de avaliação pós-implantação; há maior concentração de mestrados profissionais em instituições privadas e nos interiores do Brasil; existem áreas de concentração e linhas de pesquisa que relacionam, predominantemente, a Psicologia ao campo da Saúde, fazendo interface com vários assuntos relacionados à atuação do psicólogo e demonstrando congruência com as reformulações das Diretrizes Curriculares Nacionais. Conclui-se que a identidade do mestrado profissional em Psicologia ainda está em construção.

Palavras-chave: Ensino Superior. Formação do Psicólogo. Formação Profissional. Pós-graduação. Universidades.

ABSTRACT

This article aims to analyze the current state of professional master's courses in Psychology in Brazil. Initially, discourse about the panorama of the *stricto sensu* professional graduate courses, demonstrating his formative proposal and placing the professional master's in Psychology. Then, based on a documentary analysis on the data published by the Sucupira Platform, it describes how these courses are organized in the CAPES to understand their identities. The findings demonstrate that: there are 15 professional master's courses in psychology and none professional doctorate; there are no courses in the North and Center-West regions; the Northeast and Southeast regions are equivalent in offers; the oldest course started in 2013 and is the only one with a grade 4; most courses (7) were recently implemented in the CAPES quadrennial evaluation and are still in the post-implementation evaluation phase; there is a greater concentration of professional master's degrees in Psychology in private institutions and in the inlands of Brazil; there are concentration areas and research's lines that, predominantly, relate Psychology to the Health field, interfacing with various matters related to the psychologist's performance and demonstrating congruence with the reformulations of the National Curriculum Guidelines. Conclude that the professional master's degree in Psychology still under construction in its identity.

Keywords: Higher Education. Psychologist Education. Professional Education. Postgraduated Training. Colleges.

RESUMEN

Este artículo analizar el estado actual de los másteres profesionales en Psicología en Brasil. Inicialmente, habla del panorama de los cursos profesionales de posgrado *stricto sensu*, demostrando su propuesta formativa y ubicando los másteres profesionales en Psicología. Después, en un análisis documental de los datos publicados por la Plataforma Sucupira, se describe cómo se organizan estos cursos en la CAPES, para comprender sus identidades. Los hallazgos demuestran que: hay 15 másteres profesionales en Psicología y ningún doctorado profesional; no hay cursos en las regiones Norte y Centro-Oeste; las regiones Noreste y Sureste coinciden en ofertas; el curso más antiguo comenzó en 2013 y es el único con nota 4; la mayoría de los cursos (7) fueron implementados recientemente en la evaluación cuatrienal de CAPES 2017-2020 y aún se encuentran en la fase de evaluación posterior a la implementación; mayor concentración de másteres profesionales en instituciones privadas y en el interior de Brasil; existen áreas de concentración y líneas de investigación que relacionan, predominantemente, la Psicología con el campo de la Salud, interactuar con diversos temas relacionados con el desempeño del psicólogo y demostrar congruencia con las reformulaciones de las Directrices Curriculares Nacionales. Se concluye que la maestría profesional en Psicología aún se encuentra en construcción en su identidad.

Palabras clave: Universidades. Formación del Psicólogo. Formación Profesional. Posgrado. Universidades.

1 INTRODUÇÃO

Desde a institucionalização do ensino superior no Brasil houve diversas tendências expansionistas que intencionaram organizar e avaliar um campo formativo científico e profissional atento às contendas nacionais e ao desenvolvimento tecnológico, social e econômico da nação (CABRAL; SILVA; PACHECO; MELO, 2020). Em específico, entre 1995 e 2010, tal expansionismo ocorreu pela implantação de novas Instituições de Ensino Superior (IESs), públicas e privadas, amparadas pelas políticas educacionais de interiorização e inclusão de estudantes, pelas modalidades de ensino a distância e pelo fomento ao aumento de programas de pós-graduação (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

No que concerne à expansão da pós-graduação, observou-se considerável aumento de programas *stricto sensu* de mestrados e doutorados, acadêmicos e profissionais, de discentes matriculados e de titulações de mestres e doutores. Em 1987, havia 861 cursos de mestrado e 385 de doutorado, todos acadêmicos, em razão da então inexistência da modalidade formativa profissional. Em decorrência da mencionada tendência expansionista do ensino superior (MANCEBO *et al.*, 2015), em 2018, esses números subiram para 3.467 mestrados acadêmicos, 741 mestrados profissionais, 2.268 doutorados acadêmicos e um doutorado profissional (CABRAL *et al.*, 2020). Em 2021, pelos dados dos cursos avaliados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), verifica-se que esses números continuaram a aumentar, havendo 3.692 mestrados acadêmicos, 867 mestrados profissionais, 2.444 doutorados acadêmicos e 58 doutorados profissionais (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2021a). Com efeito, entre 1987 e 2021, houve um aumento substancial de 76,5% nos mestrados acadêmicos e 84,2% nos doutorados acadêmicos; entre 2018 e 2021, observa-se um crescimento de 14,5% em relação aos mestrados profissionais, e de 98,2% no que concerne aos doutorados profissionais. Esses números confirmam que o ensino superior *stricto sensu* está em expansão.

Nesse conjunto é possível encontrar os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia, dos quais destacamos e intencionamos elucidar os ainda pouco conhecidos mestrados profissionais – que historicamente são novos em relação aos programas de mestrado e doutorado acadêmicos em Psicologia, ao passo que ainda não há programas de doutorado profissional na área (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2021a). Conforme o Documento de Área da Psicologia, (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR, 2016), ressaltamos que entendemos os mencionados

programas como expressões de um campo formativo que integra diversos cursos, alocados em instituições públicas e privadas, com variadas perspectivas teóricas, práticas e metodológicas de ensino, pesquisa e atuação acadêmica e profissional, relacionadas à grande área da Psicologia e às suas subáreas. Nessa definição, os programas de mestrado e doutorado na área de Psicologia, de uma maneira geral, são cursos de médio porte, com uma posição destacada no campo das Ciências Humanas, em razão de suas características interdisciplinares. É comum, ainda, que os egressos desses cursos se insiram no mercado de trabalho acadêmico de ensino superior e em diversos setores de atuação profissional.

No campo de estudos sobre a formação do psicólogo (PRATES; FEITOSA; MONTEIRO; CASTELO-BRANCO, 2019), é possível encontrar algumas produções que pensam essa realidade no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (TOURINHO; BASTOS, 2010; MORAIS; SOUZA; MAIA; TEIXEIRA, 2019). Porém, no espaço do mestrado profissional em Psicologia, o tema ainda merece aprofundamento.

Destarte, este artigo, de cunho exploratório e qualitativo, objetiva analisar o estado corrente dos cursos de mestrado profissional em Psicologia no Brasil. Para isso, inicialmente, perfilha uma narrativa sobre o panorama dos programas de pós-graduação profissionais *stricto sensu*, de modo a situar o mestrado profissional em Psicologia nesse cenário. Posteriormente, com base em uma análise documental, descreve como esses cursos estão organizados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para entender suas identidades.

2 O PANORAMA DOS MESTRADOS E DOS DOUTRADOS PROFISSIONAIS NO BRASIL

No que reporta à inclusão oficial dos programas de mestrado profissional (MP) e doutorado profissional (DP) como modalidades formativas *stricto sensu*, aponta-se que o MP foi oficialmente regulamentado pelo Ministério da Educação e pela CAPES, em 1998 (BRASIL, 1999), enquanto o DP foi instituído em 2017 (BRASIL, 2017). Ressalta-se que, em 2009, o MP foi atualizado em suas regulamentações, em prol de demarcar melhor suas características próprias e reconhecer suas equivalências formativas com o mestrado acadêmico (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

As modalidades formativas profissionais *stricto sensu*, em suma, distinguem-se das propostas formativas acadêmicas (SANTOS; HORTALE; AROUCA, 2012; MAMEDE, 2014): por obter critérios de credenciamento mais flexíveis em relação à titulação docente,

dado que é possível um quadro composto por mestres e doutores; pela produção acadêmica mais ampla, à medida que se contabilizam as produções dos últimos cinco anos para implementar o programa; por possibilitar um produto final composto por outros trabalhos, além dos formatos tradicionais de dissertação e tese, como protocolos e cartilhas, por exemplo; ao enfatizar uma relação mais estreita entre academia e contexto profissional; por não receber financiamento da CAPES; pelo incentivo a financiamento próprio, articulações e convênios com diversos setores de mercado e busca do apoio de outras agências de fomento (por exemplo, estaduais) ou de instituições vinculadas aos estudantes. Dessas distinções, em especial, ressalva-se que o aceite de docentes com a titulação máxima de mestre acontece mediante seu reconhecimento profissional e produção em uma área de atuação. Logo, não se trata de uma menor exigência para os mestrados profissionais, mas de um fator que os distingue da modalidade acadêmica. Apesar disso, após a implantação, os cursos de MP e DP seguem mesmo critério de reconhecimento e avaliação quadrienal das vertentes formativas acadêmicas, em função da equivalência que a CAPES confere a essas modalidades formativas (BRASIL, 2002).

Assim, o MP e o DP estão demarcados em um contexto que remete ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) da CAPES. De 1975 até então houve seis lançamentos do PNPG. A instituição do MP ocorreu no IV PNPG, que tinha como um de seus objetivos a diversificação do modelo de pós-graduação (MACHADO; SANTOS; QUARESMA, 2014). Entretanto, o IV PNPG não foi promulgado, ocorrendo em um limbo temporal entre o III PNPG (1986-1989) e o V PNPG (2005-2010), ou seja, entre 1990 e 2004. Salienta-se que essa não promulgação aconteceu devido à falta de coesão entre as agências de pesquisa, ciência e educação e a restrições orçamentárias (CABRAL *et al.*, 2020). Com efeito, a partir da reorganização das políticas expansionistas do ensino superior advindas dos governos de Lula e Dilma (MANCEBO *et al.*, 2015), o V PNPG estabeleceu, como um de seus objetivos, o aumento do impacto da pós-graduação na sociedade e no setor produtivo. Já o VI PNPG, ocorrido entre 2011-2020, objetivou ampliar a formação de recursos humanos para atuar em setores estratégicos (CABRAL *et al.*, 2020). Tais objetivos, sem dúvida, possibilitaram a institucionalização e a expansão dos MPs e DPs no cenário nacional.

Em epítome, assinala-se que os programas de MP e DP são destinados à qualificação e à capacitação para realizar pesquisas e intervenções que operem de modo a aplicar métodos, habilidades e competências para analisar e avaliar problemas, serviços e práticas concernentes a um determinado campo de atuação profissional. Buscam, ainda, atender a alguma demanda

social e de mercado de trabalho (MACIEL; NOGUEIRA, 2012). O maior objetivo dessa proposta formativa é contribuir com o setor produtivo nacional em suas variadas organizações (públicas e privadas) e políticas. Quanto ao público-alvo, visa a discentes que sejam atuantes em certos nichos profissionais ou estejam interessados em atuar neles, de modo a aprimorar seus serviços, suas práticas e suas políticas, ou desenvolver produtos que melhorem a qualidade laboral. Em relação ao currículo, espera-se uma organização flexível aos discentes, supostamente já inseridos no campo de trabalho, com docentes qualificados para orientar pesquisas e intervenções nos setores de estudo e disciplinas que articulem conteúdos de pesquisa à prática profissional (SANTOS *et al.*, 2012).

Nesse sentido, o MP e o DP implicam as dimensões de pesquisador e profissional, de modo a concebê-las como complementares e desejáveis em seu quadro formativo (PENIDO, 2020). Com efeito, a proposição de pesquisas de natureza interventiva é sugestiva para concretizar essas dimensões (TEIXEIRA; MEGID NETO, 2017). Salienta-se que as modalidades formativas profissionais, diferentemente da especialização – que é uma modalidade formativa *lato sensu*, que emite certificados e não diplomas –, capacitam os discentes profissionais para se tornar pesquisadores e docentes, além de assumir um discurso de produção e inovação do conhecimento no seu campo de estudo e atuação (SOUZA, 2015; BRITO; FARIA; RODRIGUES, 2017). Além disso, as titulações e os diplomas obtidos por um programa de pós-graduação profissional tornam possível ao egresso concorrer a processos seletivos e concursos públicos para trabalhar em IESs, tal como ocorre com mestres e doutores com titulação acadêmica, dada a indistinção legal feita a essas modalidades *stricto sensu* (BRASIL, 2002).

É a partir desse cenário que o MP em Psicologia emerge, alinhando-se a essa proposta formativa. Em um artigo que reflete o campo da pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia no Brasil, Tourinho e Bastos (2010) descrevem com exatidão o estado corrente de 64 programas (42 com nível de doutorado), conforme dados obtidos em 2009. Contudo, os autores realizaram esse trabalho considerando somente os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos em Psicologia, dado que, na época do estudo, inexistiam programas de MP em Psicologia cadastrados, avaliados e reconhecidos pela CAPES. Apesar disso, eles salientam que o campo do MP, de uma maneira geral, encontrava-se em um estado de indefinição. De fato, se comparada a programas de pós-graduação profissionais em outras áreas – como Saúde Pública (SANTOS *et al.*, 2012) e Ensino na Saúde (MAMEDE, 2014; VILELA; BATISTA,

2015) – e em outros países (MACHADO *et al.*, 2014), a história do MP em Psicologia ainda está em construção.

Inferimos que, talvez, a indefinição apontada por Tourinho e Bastos (2010) sobre o campo do MP decorra da falta de substratos, dado que a publicação do artigo deles antecede o início dessa modalidade na Psicologia. Além disso, a não promulgação do IV PNPG contribuiu com a falta de disseminação informativa sobre o MP, ocasionando a falta de proposição para esse tipo de curso. Na época da pesquisa dos mencionados autores, vigorava o V PNPG (2005-2010), que tinha como objetivos fortalecer as bases científicas e tecnológicas, provendo uma formação para todos os âmbitos de ensino e mercados não acadêmicos, o que expressava uma preocupação em expandir os programas de MP (CABRAL *et al.*, 2020). Segundo informações colhidas do currículo Lattes dos autores do texto discutido, salienta-se que Emmanuel Zagury Tourinho foi coordenador da área de Psicologia na CAPES, no triênio 2008-2010, e Antônio Virgílio Bittencourt Bastos exerceu a mesma função, entre 2011-2018. Logo, os autores eram coordenadores de área da CAPES na ocasião da publicação do aludido artigo, estavam atinentes à realidade do MP e auxiliaram na construção desse campo, seja pelas orientações expressas pela Avaliação de proposta de Curso Novo (APCN) publicada em suas gestões, seja pelas coordenações nas avaliações dos cursos de MP em Psicologia.

Conforme os dados obtidos no Documento Orientador de APCN 2019, na área 37 – Psicologia –, publicado pela CAPES (2019), o primeiro curso nessa modalidade formativa iniciou suas atividades em 2013, sucedendo-se uma rápida expansão de proposições de MP. Em 2018, a área contava com sete cursos de MP em Psicologia em atividade e seis autorizados para iniciar o seu funcionamento.

O primeiro curso autorizado pela CAPES foi o MP em Análise Comportamental Aplicada, proposto pela Associação Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento, na cidade de São Paulo. Frisa-se que não se trata de uma instituição universitária, mas de uma associação sem fins lucrativos, que também arregimenta cursos de formação e especialização, eventos, bolsas de estudo e de capacitação e um periódico acadêmico com avaliação CAPES B3 na área de Psicologia. Percebe-se que essa organização se aproxima dos ditames universitários e profissionais, ao enfatizar o desenvolvimento de práticas e tecnologias, abalizadas pelas ciências do comportamento e voltadas para as demandas sociais (CENTRO PARADIGMA CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO, 2021).

Observa-se que essas características fronteiriças entre academia e mercado de trabalho, ciência e profissão, pesquisa e prática, são constituintes e representativas do campo do MP.

No momento da implementação do primeiro MP em Psicologia, estava vigorando o VI PNPG (2011-2020), que reiterou o plano anterior e enfatizou a formação de recursos humanos em setores considerados estratégicos para a economia (CABRAL *et al.*, 2020). Logo, o V e o VI PNPG possibilitaram condições para os MPs em Psicologia serem criados. Sobre o entendimento e a proposição de um MP em Psicologia, o Documento Orientador de APCN 2019 estabelece:

A expectativa é de que os cursos na modalidade profissional integrem uma forte qualificação científica com a competência tecnológica. [...] Espera-se o desenvolvimento de competências que qualifiquem quadros profissionais capazes de se apropriarem e/ou produzirem conhecimento de ponta relevante para a atuação frente a determinadas demandas sociais, bem como para transferirem esse conhecimento para o segmento atendido, tendo como lastro uma sólida formação científica. [...] é importante, portanto, que haja o entendimento de que é exigido o mesmo padrão de qualidade das propostas de curso na modalidade acadêmica. (CAPES, 2019, p. 15).

Nessas orientações, a estrutura do curso deve favorecer a produção de conhecimento, intervenções e tecnologias voltadas para a resolução de problemas humanos bem demarcados. Sobre os produtos finais, estes podem

[...] assumir diferentes formatos para além da dissertação/tese acadêmica: patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas, desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, entre outros possíveis. (CAPES, 2019, p. 08).

Portanto, as retrocitadas proposições e orientações de MPs em Psicologia são condizentes com o cenário geral de programas de pós-graduação profissionais *stricto sensu* apresentado neste tópico. A partir de então, passamos a descrever o estado corrente dos cursos de MP em Psicologia no Brasil, de modo a analisar suas características.

3 ANÁLISE DOS CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA

Para tecer uma descrição e uma reflexão do estado corrente dos MPs em Psicologia no Brasil, adotou-se uma orientação inspirada pelos procedimentos da análise documental (CELLARD, 2008). Adotaram-se como *corpus* documental os dados publicados pela CAPES na Plataforma Sucupira (2021a), por serem informações produzidas por agentes sociais que

compõem suas instituições e por funcionarem como dados que registram as ocorrências de manifestações cotidianas que constituem uma determinada realidade social – nesse caso, a realidade nacional dos MPs em Psicologia.

A Plataforma Sucupira (2021a) oferece informações gerais sobre o número total de cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu* em Psicologia, reconhecidos pela CAPES, conforme disposto a seguir, na Tabela 1.

Tabela 1 Cursos de mestrado e doutorado na área de conhecimento em Psicologia

Distribuição dos Cursos	Mestrado Acadêmico	Doutorado Acadêmico	Mestrado Profissional (MP)	Doutorado Profissional (DP)	Total de Cursos
N	87	62	15	00	164
%	53	38	09	00	100

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na Plataforma Sucupira (2021a).

Nota-se que 87 cursos de mestrado acadêmico concentram a maior parte da formação *stricto sensu* em Psicologia (53%), ao passo que os 15 MPs em Psicologia correspondem somente a 9% desse conjunto formativo. Ressalta-se que não houve ocorrência de DP em Psicologia. Para entender melhor esse quadro, é preciso analisar de forma mais pormenorizada os números relacionados aos cursos profissionais de Psicologia. Assim, adotaram-se como critérios de inclusão: haver indicativo de que o programa está vinculado à área de avaliação em Psicologia; o curso estar apontado nas tabulações de MP com alguma nota emitida pela avaliação da CAPES (busca por notas 3 a 7) ou indicação de estado de avaliação e reconhecimento (representado pela sigla “A”). Em relação às notas minutadas, salientamos que a CAPES avalia a qualidade dos programas de pós-graduação quadrienalmente, a partir de um sistema (Plataforma Sucupira) que é constantemente preenchido com diversos dados referentes ao programa de mestrado e/ou doutorado. Essa avaliação é registrada em seis notas que expressam a internacionalização do curso (notas 7 e 6), os seus extratos nacionais de funcionamento (5, 4 e 3) e o seu estado de aprovado para implantação e em situação de primeira avaliação (nota A) (CAPES, 2016).

A coleta dos dados foi feita a partir do levantamento dos seguintes elementos descritivos: região brasileira, estado e cidade; iniciativa da instituição sediadora do curso – privada (Priv.) ou pública (Pub.); informações do curso cadastrado (nome do programa, ano de início, área de concentração e portarias); *site* do curso, indicado pela Plataforma Sucupira, para obter detalhes sobre a área de concentração e as linhas de pesquisa. Os procedimentos de

coleta, organização, revisão e tabulação dos dados ocorreram entre 05 e 27 de abril de 2021. A partir disso, foi elaborada a Tabela 2, indicada a seguir.

Tabela 2 Distribuição das IESs que sediam MP em Psicologia

Região	UF	IES (Sigla)	Nota	Ano de Início	Iniciativa	Cidade
NE	BA	Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP)	A	2019	Priv.	Salvador
	BA	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	A	2019	Pub.	Vitória da Conquista
	CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	A	2019	Pub.	Sobral
	PE	Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)	3	2016	Priv.	Recife
	PE	Universidade de Pernambuco (UPE)	3	2015	Pub.	Garanhuns
	RN	Universidade Potiguar (UNP)	3	2015	Priv.	Natal
SE	RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	3	2016	Pub.	Rio de Janeiro
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	3	2016	Pub.	Rio de Janeiro
	SP	Associação Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento (PARADIGMA)	4	2013	Priv.	São Paulo
	SP	Instituto Educatiehoog de Ensino e Pesquisa LTDA (EDUCATIE)	3	2014	Priv.	Mogi das Cruzes
	SP	Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)	3	2019	Priv.	Santos
	SP	Universidade Paulista (UNIP)	A	2020	Priv.	Ribeirão Preto
S	RS	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	A	2019	Priv.	Caxias do Sul
	RS	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)	A	2019	Priv.	Santa Cruz do Sul
	SC	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	A	2020	Priv.	Itajaí

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na Plataforma Sucupira (2021a).

As regiões Norte e Centro-Oeste não demonstraram ocorrências. A região Nordeste tem seis cursos de MP em Psicologia (três em avaliação/reconhecimento e três com nota 3); destes, dois estão na Bahia, dois em Pernambuco, um no Ceará e um no Rio Grande do Norte. A região Sudeste tem seis cursos, todos já consolidados, pois obtiveram a primeira avaliação da CAPES (cinco com nota 3 e um com nota 4); destes, quatro estão alocados em São Paulo, estado com a maior concentração nacional de MPs em Psicologia, e dois no Rio de Janeiro. A região Sul tem três cursos, todos em fase de avaliação e reconhecimento; destes, dois estão no Rio Grande do Sul e um em Santa Catarina.

No estudo de Tourinho e Bastos (2010) sobre os programas de pós-graduação em Psicologia no Brasil, os autores destacaram que as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, em específico as duas últimas, demonstraram mais carência em relação a mestrados e doutorados acadêmicos em Psicologia. Entretanto, o presente estudo demonstra que a região Nordeste se equipara à Sudeste em termos de disponibilidade de MPs em Psicologia; contudo, a mesma situação de lacuna permanece nas regiões Norte e Centro-Oeste, persistindo a assimetria formativa *stricto sensu* apontada pelos mencionados autores. Os dados ora referentes à concentração de MPs em Psicologia na região Sudeste e no estado de São Paulo complementam os dados da pesquisa de Tourinho e Bastos (2010), que também indicam essa hegemonia no âmbito formativo acadêmico.

Adentrando um contexto mais geral ao conjunto de cursos de MPs em todas as áreas de conhecimento (N = 867), avaliados e reconhecidos por região, segundo a Plataforma Sucupira (2021a), o Sudeste (n = 401; 46,3%), o Nordeste (n = 172; 19,9%) e o Sul (n = 167; 19,2%) expressam os maiores números de MPs, enquanto as regiões Centro-Oeste (n = 67; 7,7%) e Norte (n = 60; 6,9%) indicam as menores ocorrências. Destarte, os resultados expressos na Tabela 2 indicam que a realidade distributiva dos cursos de MP em Psicologia se aproxima do contexto geral de MPs no que concerne às grandes assimetrias formativas encontradas nas regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, a Psicologia se diferencia das demais áreas por ter as regiões Sudeste e Nordeste com o mesmo quantitativo de cursos de MP.

Em relação às notas de avaliação atribuídas aos cursos de MP em Psicologia, observa-se que: sete cursos estavam em fase inicial de avaliação e reconhecimento no momento corrente desta pesquisa (2021); sete estavam registrados com nota 3; somente um curso estava registrado com nota 4. Em termos de notas de avaliação atribuídas pela CAPES, a Tabela 2 oferece subsídios para ponderar o motivo de não haver nenhuma ocorrência de DP em Psicologia, segundo o que foi acenado na Tabela 1. Conforme já apontado na introdução, os DPs instituídos recentemente (BRASIL, 2017) ainda são um campo em construção. Considerando as notas de avaliação e as datas de início dos cursos de MP emitidos pela CAPES, é possível inferir que a falta de cursos de DP em Psicologia ocorre porque os poucos MPs existentes estão em um estado embrionário de funcionamento, dada a sua condição de avaliação ou o recente reconhecimento (instituindo-se a nota 3). Segundo o Documento Orientador de APCN 2019 (CAPES, 2019), somente é possível propor um curso de doutorado (profissional ou acadêmico) a partir da obtenção da nota 4, que evidencia uma maior

consolidação do curso. Assim, dos quinze cursos existentes e analisados, somente o vinculado à Associação Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento poderia propor um DP.

Os critérios de avaliação, autorização para funcionamento, reconhecimento do curso e atribuição de uma nota para o programa levam em consideração a sua proposta, o quadro docente e discente, as disciplinas, os trabalhos de conclusão, a produção intelectual, a inserção social, a visibilidade, a internacionalização, entre outros critérios (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2021b). Entretanto, a produção intelectual de artigos publicados em periódicos com qualificação superior pela CAPES constitui o grande capital simbólico de reconhecimento, prestígio e fortalecimento acadêmico e do saber que o curso e seus atores ancoram em um campo científico e profissional (BOURDIEU, 2004). A ênfase nos artigos acontece pela capacidade de tornar acessíveis e observáveis os produtos desenvolvidos na pós-graduação e de obter ganhos como financiamentos de pesquisa, parcerias interinstitucionais e participações externas.

Existe, pois, uma exigência de produtividade docente e discente para atender a esses fins e conciliá-los com outras atividades acadêmicas (MANSANO; LIBERATO, 2020). No caso dos MPs em Psicologia, essa situação se expressa por (SANTOS *et al.*, 2012; BRITO *et al.*, 2017): falta de (re)conhecimento da igualdade formativa desses cursos em relação ao seu congêneres acadêmicos; representação de que os cursos de MP são uma especialização; impressão equivocada de que os MPs não possuem bolsas de pesquisa e que estas só devem ser destinadas aos programas acadêmicos; dificuldades de publicação em periódicos científicos que possibilitem a circulação dos variados produtos finais obtidos pelos trabalhos realizados em um MP. Esses são alguns entraves que expressam a posição dos cursos profissionais em relação aos cursos acadêmicos e dificultam o acúmulo de capitais simbólicos.

Ainda na análise do quesito avaliativo, exposto anteriormente na Tabela 2, nota-se que os seis cursos de MP em Psicologia que estão sob avaliação iniciaram suas atividades em 2019; destes, um obteve nota 3 no mesmo ano. Observa-se, pois, que o ano de 2019 concentrou o maior número de implantação de cursos de MP em Psicologia. Nota-se que o único curso avaliado com nota 4 é o mais antigo (início das atividades em 2013). Os demais, com nota 3, iniciaram os trabalhos entre 2014 e 2016. Nos anos de 2017 e 2018 não há registro de implantação de cursos, porém infere-se que os cursos instituídos em 2019 estavam sendo elaborados e propostos naquele íterim. Vale ressaltar que, após a aprovação de um

curso na divulgação dos resultados de APCN, as instituições precisam de um tempo para colocar o novo curso em funcionamento. Assim, os intervalos temporais entre a criação de novos cursos estão associados a essa abertura ou não de editais de APCN.

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que dez (66,6%) cursos de MP em Psicologia estão sediados em IESs privadas e cinco (33,4%) estão alocados em IESs públicas. Esse dado corresponde a estudos que apontam que a expansão formativa da Psicologia ocorre, predominantemente, pela iniciativa privada (CASTELO BRANCO; FEITOSA, 2017; MACEDO; LIMA; DANTAS; DIMENSTEIN, 2017). No perfil dos cursos privados listados encontram-se universidades, centros universitários, institutos e associações. Esse caráter institucional plural demonstra a vocação do MP em articular as dimensões científica (tradicionalmente concentrada nas fronteiras universitárias) e profissional.

Muitas instituições privadas, segundo Castro (2010), tendem a assumir de uma forma mais direta o discurso de atender às demandas do mercado de trabalho, estabelecendo uma formação prática voltada para isso, tornando o profissional formado mais competitivo, produtivo e com melhor desempenho. Com esse discurso, muitas instituições privadas apropriam-se da lógica do MP e encontram nisso uma possibilidade para se aproximar de um reconhecimento maior de formação e capacitação. Em relação às instituições públicas que sediam MPs, salienta-se que os recentes cortes de verba para o ensino superior demarcam mais um desafio à manutenção e ao início de novos cursos (SINDICATO NACIONAL DE DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2019).

Segundo a Tabela 2, nove cursos estão sediados em cidades interioranas e seis estão alocados nas capitais. Existem pesquisas que demonstram que os cursos de Psicologia estão crescendo nos interiores do Brasil, de modo a concentrar mais alunos matriculados e profissionais formados do que nas capitais (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011; CASTELO BRANCO; FEITOSA, 2017). Nesse sentido, a Psicologia está se expandindo para os interiores do Brasil, desde os lançamentos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), na década de 2000 (MANCIBO *et al.*, 2015). Essas estratégias governamentais possibilitaram as interiorizações de cursos de Psicologia, sobretudo, pela iniciativa privada. Assim, a implantação de MPs em Psicologia contribui na consolidação dessas IESs interioranas e na constituição de eixos formativos fora das capitais.

Avançando para o entendimento de como os MPs analisados organizam suas áreas de concentração e linhas de pesquisa, apresenta-se a Tabela 3.

Tabela 3 Distribuição das áreas de concentração e das linhas de pesquisa dos cursos

Nome do Curso (IES)	Área de Concentração	Linhas de Pesquisa
Psicologia e Intervenções em Saúde (EBMSP)	Psicologia e Saúde	Práticas de Cuidado e Processos de Intervenção em Clínica Ampliada; Psicologia e Intervenções em Contextos Hospitalares.
Psicologia da Saúde (UFBA)	Psicologia da Saúde	Prática Clínicas e Saúde Mental; Desenvolvimento Humano e Práticas Educativas em Saúde.
Psicologia e Políticas Públicas (UFC)	Psicologia e Políticas públicas	Clínica, Saúde e Políticas Públicas; Educação e Políticas Públicas.
Psicologia da Saúde (FPS)	Psicologia da Saúde	Processos Clínicos e os Ciclos da Vida; Avaliação Psicológica e Promoção de Ações em Saúde.
Práticas de Inovação em Saúde Mental (UPE)	Práticas de Inovação em Saúde Mental	Práticas e Inovação na Intervenção em Saúde Mental; Práticas e Inovação na Prevenção em Saúde Mental; Práticas e Inovação na Promoção em Saúde Mental.
Psicologia Organizacional e do Trabalho (UNP)	Psicologia Organizacional e do Trabalho	Saúde do Trabalhador e Processos de Gestão; Comportamento do Consumidor.
Psicanálise (UERJ)	Clínica e Política em Psicanálise	Psicanálise Aplicada à Prática Clínico-Institucional; Articulações entre Clínica e Política na Psicanálise.
Atenção Psicossocial (UFRJ)	Atenção Psicossocial	Intervenções e Práticas na Atenção Psicossocial; Políticas Públicas, Gestão e Avaliação de Serviços.
Análise do Comportamento Aplicada (PARADIGMA)	Análise do Comportamento Aplicada	Medidas de Processo e Resultado; Modelos Experimentais com Humanos; O Desenvolvimento do Repertório Comportamental do Indivíduo; Processos Grupais e Culturais.
Psicogerontologia (EDUCATIE)	Psicogerontologia	Envelhecimento e Saúde; Avaliação e Intervenção em Psicogerontologia.
Psicologia Desenvolvimento e Políticas Públicas (UNISANTOS)	Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas	Práticas Psicológicas em Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social; Psicologia e Políticas Socioeducacionais.
Práticas Institucionais em Saúde Mental (UNIP)	Tratamento e Prevenção Psicológica	Saúde mental e os diferentes contextos institucionais de desenvolvimento da criança e do adolescente; Saúde mental do adulto nos diferentes

Nome do Curso (IES)	Área de Concentração	Linhas de Pesquisa
		contextos institucionais.
Psicologia (UCS)	Psicologia	Diagnóstico e Intervenções Clínicas em Contextos Psicossociais; Riscos e Recursos Psicossociais em Contextos de Trabalho: Diagnóstico e Intervenção.
Psicologia (UNISC)	Saúde Mental e Práticas Sociais	Práticas Clínicas Contemporâneas; Políticas Públicas e Saúde Mental; Práticas Sociais, Organizações e Cultura.
Psicologia (UNIVALE)	Psicologia da Saúde, Processos de Desenvolvimento Humano e Práticas Psicossociais	Psicologia da Saúde no Processo de Desenvolvimento Humano; Tecnologias e Práticas Psicossociais.

Fonte: Elaborada pelos autores, com base na Plataforma Sucupira (2021a) e nos *sites* dos cursos assinalados.

A área de concentração de um curso aponta para um horizonte e uma confluência dos interesses investigativos de um grupo, a partir da sua realidade formativa, das pesquisas e do conjunto de conhecimentos e competências que o programa espera obter dos seus egressos. As linhas de pesquisas indicam um quadro de referenciais teóricos, metodológicos, práticos, temáticos e contextuais, pelo qual os projetos de pesquisa devem se nortear para compor seus estudos e suas ações. As linhas de pesquisa devem estar alinhadas com a área de concentração e com os projetos de pesquisa, dos quais se espera que sejam aplicados (CAPES, 2019).

Pelo que se observa na Tabela 3, dois cursos demarcam suas áreas de concentração por abordagens (Psicanálise e Análise do Comportamento), enfatizando suas dimensões interventivas e aplicadas. Um curso enfoca uma subárea da Psicologia do Desenvolvimento, a Psicogerontologia. As demais áreas de concentração são mais gerais à Psicologia em suas diversas interfaces com práticas de saúde, práticas sociais e políticas públicas. Com efeito, observa-se a existência de 14 cursos que seguem a orientação da APCN e circunscrevem suas áreas de concentração em (sub)campos bem delimitados da Psicologia e da atuação profissional do psicólogo (CAPES, 2019). A única exceção foi o curso de MP em Psicologia da UCS, que registrou uma área de concentração mais geral (Psicologia), mas especificou suas linhas de pesquisa segundo tal orientação. Eis uma medida para distinguir os MPs dos mestrados acadêmicos em Psicologia, dado que 50% destes denominam a sua área como “Psicologia”, a fim de estabelecer “guarda-chuva”, cujas especificidades são demarcadas somente nas linhas de pesquisa (CAPES, 2016).

Com o intuito de aprofundar a organização das áreas de concentração e das linhas de pesquisa, registraram-se em um único arquivo de texto as descrições obtidas pelo acesso aos *sites* dos cursos assinalados na Tabela 3. Seguindo os preceitos de Cellard (2008), foi possível fazer uma minuta sobre as ocorrências dos temas de pesquisa e das práticas desenvolvidas ou estudadas pelos cursos de MP em Psicologia. A Tabela 4, apresentada em seguida, expressa os seguintes achados.

Tabela 4 Temas relacionados às áreas de concentração e linhas de pesquisa

Tema de Pesquisa e Prática	Ocorrência	%
Saúde	18	25,4
Clínica	12	16,9
Social	11	15,5
Políticas Públicas	10	14,1
Desenvolvimento Humano	09	12,7
Organização, Trabalho e Gestão	08	11,3
Educação	02	2,8
Experimental	01	1,4
Total	71	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

A predominância de assuntos de pesquisa e prática voltados para o campo da Saúde demonstra que os MPs em Psicologia estão de acordo com o atual direcionamento da Psicologia brasileira, no que concerne a (FERREIRA NETO, 2010, 2011): uma relação entre Psicologia e Saúde Mental; uma maior articulação da prática psicológica com os níveis de atenção à saúde no Sistema Único de Saúde e com a atenção psicossocial no Sistema Único de Atenção Social. Apesar disso, a dimensão clínica mantém uma tradição forte no trabalho psicológico e nas pesquisas aplicadas, havendo, contudo, uma maior interface com o domínio da clínica ampliada e das práticas de cuidado em saúde. No mesmo esteio, situam-se as pesquisas e as práticas voltadas para as dimensões do social, das políticas públicas, do desenvolvimento humano e das organizações, que são perpassadas pela dimensão da saúde.

Percebe-se que os quatro temas mais ocorrentes listados na Tabela 4 demonstram que os MPs em Psicologia estão congruentes às reformulações das Diretrizes Curriculares Nacionais, ocorridas em 2004, que propõem uma formação em Psicologia mais crítica da realidade social, que articula a teoria com a prática e desenvolve habilidades e competências para resolver problemas profissionais. Esse modelo formativo orienta, portanto, uma maior aproximação da Psicologia com as políticas públicas, afastando-se de uma formação restrita à atuação em setores liberais (CURY; FERREIRA NETO, 2014; BEATO; FERREIRA NETO,

2016). Desse modo, os MPs em Psicologia, mesmo majoritariamente sediados em instituições privadas, parecem complementar e estender esses propósitos formativos em nível de pós-graduação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mestrado profissional em Psicologia, decerto, é uma manifestação mais recente do panorama nacional dos programas de pós-graduação profissionais *stricto sensu*. Pela descrição e a análise do seu estado corrente, até 2021, sintetiza-se que: existem 15 cursos de MP em Psicologia e nenhum DP; não havia cursos nas regiões Norte e Centro-Oeste; as regiões Nordeste e Sudeste se equipararam em ofertas; o curso mais antigo foi iniciado em 2013 e era o único com nota 4; a maioria dos cursos estavam recém-implementados, enquanto outros ainda estavam em fase de avaliação; havia maior concentração de MPs sediados em IESs privadas e alocados nos interiores do Brasil; os MPs caracterizavam-se por áreas de concentração e linhas de pesquisa que abordam estudos e práticas que relacionam a Psicologia predominantemente ao campo da Saúde, fazem interface com os demais assuntos relacionados à atuação do psicólogo e estendem as reformulações das Diretrizes Curriculares Nacionais à pós-graduação.

A partir disso, foi possível demonstrar um cenário que está em construção e constituindo sua identidade. Trabalhos que analisam programas de pós-graduação em Psicologia são esporádicos e não seguem uma constância investigativa. Por isso, considera-se que o estudo ora findado deve ser visto como introdutório e parcial, pois não se encontraram outros estudos que versassem sobre o campo nacional do MP em Psicologia com a exclusividade que o tema requer.

Roga-se para que se avance em outros estudos empíricos e documentais, que detalhem o perfil de ingressantes, egressos e docentes dos cursos de MP em Psicologia, assim como analisem e comparem suas matrizes curriculares. Espera-se, finalmente, que o estudo possa diminuir preconceitos ou desconhecimentos em relação ao campo em voga, além de motivar a proposição de novos cursos profissionais em Psicologia.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BEATO, M.; FERREIRA NETO, J. Formação em Psicologia em uma universidade pública e suas repercussões nas competências do trabalho em políticas públicas. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 2, p. 516-536, 2016. DOI: <https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2016V22N2P516>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES n. 79/02. Consulta sobre titulação de programa mestrado profissionalizante. Relator: Jacques Schwartzman. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces079_02.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1999. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-80-1998-12-16.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério Da Educação. Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado âmbito da pós-graduação stricto sensu. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20482828/do1-2017-03-24-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-20482789. Acesso em: 20 nov. 2021.
- BRITO, C.; FARIA, H.; RODRIGUES, C. Inovação tecnológica no trabalho final de curso no mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 31, p. 299-317, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.970>.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CABRAL, T.; SILVA, F; PACHECO, A.; MELO, P. A CAPES e suas sete décadas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 16, n. 36, p. 01-22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v16i36.1680>.
- CASTELO-BRANCO, P.; FEITOSA, E. (2017). Formação do psicólogo nos interiores do Brasil: reflexões e implicações. In: LEMOS, F. (Org.). **Conversas transversalizantes entre psicologia política, socialcomunitária e institucional, com os campos da educação, saúde e direitos**. Curitiba: CRV, 2017. v. 7, p. 557-566.
- CASTRO, L. Privatização, especialização e individualização: um (outro) mundo acadêmico possível?. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 622-627, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300023>.
- CELLARD, A. (2008). A análise documental. In: POUPART, J *et al.* (Orgs.), **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: A. Cristina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CENTRO PARADIGMA CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO. **Quem somos**. Perdizes, SP: Centro Paradigma Ciências do Comportamento, 2021. Disponível em: <https://www.paradigmaac.org/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR - CAPES. **Documento de Área – Psicologia**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **Documento orientador de APCN – Área 37: Psicologia**. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documento-orientador-psicologia-pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CURY, B.; FERREIRA NETO, J. Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: os estágios na formação dos psicólogos. **Psicologia em Revista**, v. 20, n. 3, p. 494-512, 2014. DOI: <https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2014V20N3P494>.

FERREIRA NETO, J. Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. **Memorandum**, v. 18, p. 30-142, 2010. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a18/ferreiraneto01.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FERREIRA NETO, J. **Psicologia, Políticas Públicas e o SUS**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapemig, 2011.

MACEDO, J-P.; DIMENSTEIN, M. Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. **Psicol., Ciênc. Prof.**, v. 31, n. 2, p. 296-313, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200008>

MACEDO, J-P.; LIMA, M.; DANTAS, C.; DIMENSTEIN, M. Transnacionalização do ensino superior: impactos nos processos formativos em Psicologia no Brasil. **Psicol., Ciênc. Prof.**, v. 37, n. 4, p. 852-868, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703004272016>.

MACHADO, L.; SANTOS, E; QUARESMA, A. Cursos de mestrado no Brasil, na França e em Portugal: elementos de uma abordagem comparativa. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 11, n. 26, p. 939-964, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2014.v11.556>.

MACIEL, R.; NOGUEIRA, H. Mestrado profissional: desenvolvimento pessoal e profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 9, n. 17, p. 461-487, 2012. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2012.v9.299>.

MAMEDE, W. (2014). O mestrado profissional brasileiro e o mestrado em Saúde Pública Europeia: objetivos semelhantes por caminhos diferentes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 27, p. 147-169, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2015.v12.545>.

MANCIBO, D.; VALLE, A.; MARTINS, T. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 80, p. 31-50, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>.

MANSANO, S.; LIBERATO, M. Resistir para pesquisar, pesquisar para resistir: construindo uma sustentabilidade afetiva na universidade. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 1, p. 436-451, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p426-440>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Nova portaria corrige normas sobre mestrado profissional. **Portal Mec**, 30 dez. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/217-noticias/1207656570/14851-nova-portaria-corrige-normas-sobre-mestrado-profissional>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MORAIS, N.; SOUZA, L.; MAIA, L.; TEIXEIRA, L. Desafios e perspectivas de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia de uma instituição privada no Nordeste brasileiro. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 24, n. 2, p. 159-170, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190018>.

PENIDO, C. Trabalhador-pesquisador: análise da implicação como resistência ao distanciamento do objeto. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 1, p. 380-396, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p369-385>.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. 2021a. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Coleta CAPES**. 2021b. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PRATES, B.; FEITOSA, E.; MONTEIRO, P.; CASTELO-BRANCO, P. Considerações sobre a formação do psicólogo no Brasil: revisão sistemática. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 97-115, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p97>.

SANTOS, G.; HORTALE, V.; AROUCA, R. **Mestrado Profissional em Saúde Pública: caminhos e identidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

SINDICATO NACIONAL DE DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Orçamento da Educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões**. 2 abr. 2019. Disponível em: <http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUZA, P. Brasil do ano 2000 revisitado: desafios em inovação tecnológica e o papel da universidade. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 28, p. 415-439, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2015.v12.724>.

TEIXEIRA, P.; MEGID NETO, J. Uma proposta de tipologia para pesquisas de natureza interventiva. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, n. 4, p. 1055-1076, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170040013>.

TOURINHO, E.; BASTOS, A. Desafios da pós-graduação em Psicologia no Brasil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, Suppl. 1, p. 35-46, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000400005>.

VILELA, R.; BATISTA, N. Mestrado Profissional em Ensino na Saúde no Brasil: avanços e desafios a partir de políticas indutoras. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 28, p. 307-331, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2015.v12.823>.